

IMIGRAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICA NO RIO GRANDE DO SUL: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO SOB A ÓTICA DOS GRUPOS ÉTNICOS (1980/2000)

GUILHERME DIAS*

O presente artigo busca refletir acerca da preservação do patrimônio histórico no Estado do Rio Grande do Sul tecendo relações entre identidade étnica e patrimônio cultural, também é nosso objetivo aqui destacar as questões metodológicas presentes em nosso projeto de Doutorado em História na Universidade Federal de Santa Maria.

O Estado do Rio Grande do Sul possui um complexo e diversificado processo de ocupação, nele se encontram descendentes de portugueses, espanhóis, alemães, italianos, afrodescendentes, judeus, japoneses, dentre outras etnias. A preservação do patrimônio histórico tem relação direta com esses grupos, assim na busca por representatividade no patrimônio histórico torna-se uma busca por reconhecimento oficial por parte do Estado e das instituições competentes.

Na preservação de bens móveis e imóveis representativos de elementos da Imigração, parte da história desses grupos é legada às gerações futuras colaborando para a formação da memória coletiva e, no ponto de vista individual, das identidades.

Neste processo existem grupos valorizados e grupos excluídos, levando estes a uma busca por visibilidade através da construção de patrimônios reconhecidos pela comunidade, esta construção é denominada patrimonialização, que pode ser definida como:

De algumas décadas pra cá tais propósitos passaram a atrair um número muito maior de pessoas, que, olhando, vivendo, reconhecendo e valorizando o “patrimônio dos outros”, de outros povos começaram a desejar transformar suas histórias, seus monumentos, suas manifestações culturais em patrimônio. (TOMASO, 2012. p.24)

Nesta busca por representatividade através do patrimônio, o Estado assume o papel de mediador e regulador das ações de tombamentos, em processos iniciados por cidadão, associações e grupos de indivíduos interessados em preservar determinada história/memória.

A trajetória da preservação do patrimônio no Brasil está inserida em diferentes contextos históricos, em muitos casos a preservação de determinados bens atendeu aos interesses do Estado preocupado em disseminar valores, formar identidade e forjar memórias, conforme a necessidade do regime político. Porém não acreditamos que o tombamento e a preservação de determinados bens seja o elemento fundamental para a afirmação do ideal de uma época, ou ainda a maneira mais eficaz de propaganda ideológica. Entendemos que a preservação faz

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade federal de Santa Maria



parte de um contexto histórico e político, e é apenas uma parcela, ainda que, a nosso ver, muito importante, para a formação de referências da memória, nacional ou regional.

Portanto compreendemos que a análise dos processos de tombamento e a continuidade dos bens considerados dignos de preservação é um importante elemento para percebermos as continuidades e rupturas de ideais políticos que refletem o pensamento de um período ou época assim como as conjunturas históricas, bem como sua relação entre o ideal de preservação disseminado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pelo - IPHAE no que tange a preservação patrimonial.

A responsabilidade pela elevação de um bem a categoria de patrimônio nacional tem sido encargo do IPHAN desde 1937, ano de sua criação a través do decreto lei nº25/37. Em nível Estadual, as medidas de proteção iniciaram-se no ano de 1954 com a criação da Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, que passou por transformações até dar origem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, em 1990.

Frinéia Zanim (2006) analisa a preservação do patrimônio edificado do Estado do Rio Grande do Sul, e optou por classificá-los conforme o decreto-lei nº25 de 1937, ou seja, dividiu os tipos de tombamento em três grupos: “compulsório, voluntário e de ofício”. Em nossa dissertação de mestrado, (2012) tivemos contato com as mesmas fontes, porém, não adotamos a mesma classificação por entender que o desenvolvimento dos processos, o envolvimento de agentes externos ao órgão de proteção e a atribuição de valores a determinados bens, não podem ser detectados apenas pelo tipo de tombamento (voluntário, compulsório ou de ofício), é preciso levar em conta todo o processo de tombamento e as fontes contidas no mesmo.

Assim, em nossa classificação os patrimônios estaduais foram divididos nos seguintes grupos: bens cuja percepção da preservação partiu do Estado; Bens históricos onde a necessidade de preservação justifica-se pelo seu elevado estado de degradação; bens que tiveram o tombamento contestado e bens onde a principal justificativa para a preservação é sua ligação com a história e cultura das diferentes etnias que compõem o Estado do Rio Grande do Sul.

Este último grupo de bens tombados será alvo de nossa análise, onde buscaremos evidenciar as relações entre as identidades dos grupos étnicos e a preservação do patrimônio histórico.

Francoise Hartog em sua análise sobre o presentismo, atenta para o papel do historiador em integrar o passado o presente e o futuro, o que o autor definiu como regime de historicidade (HARTOG, 2013) em seu exame Hartog reflete sobre o patrimônio histórico e as áreas com as quais este se relaciona.

Considerando a patrimonialização na França, Hartog cita a lei que define o significado de patrimônio “de fato a definição de patrimônio monumental na lei de 1993 é notável: “nosso patrimônio é a memória de nossa história e o símbolo de nossa identidade nacional” (HARTOG 2013. p.18) o autor ainda destaca a relação entre patrimônio e a memória:

Nessa nova configuração o patrimônio encontra-se ligado ao território e a memória, que operam ambos como vetores da identidade: a palavra chave dos anos 1980. No entanto, trata-se mais de uma identidade que se reconhece como inquieta, que corre o risco de se apagar, ou que já está, muito esquecida, obliterada, reprimida – de uma identidade em busca de si própria, para exumar, montar ou até mesmo inventar - do que uma identidade evidentemente segura de si. (HARTOG, 2013.p.195)

Nesse sentido é possível compreender que o patrimônio atenda a uma demanda do Estado, já que procura preservar a história nacional, e também, relaciona-se com a identidade, uma identidade inquieta e insegura. Mas quais seriam as razões que levariam a essa inquietude e essa insegurança de que sofre a identidade? Zygmunt Bauman afirma que:

Em nosso mundo de “individualização” em excesso, as identidades são benção ambíguas, oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando um se transforma no outro. Na maior parte do tempo, essas duas modalidades líquido-moderno de identidades coabitam, mesmo que localizadas em diferentes níveis de consciência. Num ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da ambivalência. É por isso, diria eu, que estão firmemente assentadas no próprio cerne da atenção dos indivíduos líquido-modernos e colocadas no topo de seus debates existenciais. (BAUMAN 2005. p.38)

A ambivalência é uma constante das identidades nos tempos líquidos, não existe uma identidade fechada, acabada, imutável, conforme o momento histórico, o contato com determinado grupo ou em situação específica podem fazer com que os indivíduos exaltem certo aspecto de sua identidade. Um exemplo seria exaltar a nacionalidade ao visitar outro país, ou ainda a religiosidade ao ser receber um convite para um casamento ou batizado, os regionalismos podem aflorar em uma viagem em seu próprio país, questões étnicas podem surgir em uma conversa com um vizinho. Em tempos de liquidez uma identidade vai se sobrepondo à outra conforme o contexto em que o indivíduo se encontra.

Acerca da modernidade líquida termo utilizado por Bauman, em sua análise sobre a sociedade contemporânea, sobre os tempos líquidos o autor afirma que:

Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la, assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que espaço que lhes toca a ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento”. Em certo sentido os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos ao contrário o tempo é o que importa. (BAUMAN, 2001. p.08)



Contrários a “resistência” dos sólidos e a sua limitada mutabilidade em relação ao tempo, os líquidos representam a diversidade da mudança em relação ao tempo e ao espaço. Tal pensamento/metáfora aplicado ao patrimônio histórico pode ser visto sobre dois aspectos diferentes, porém, complementares. No primeiro o sólido representa o patrimônio histórico, legado das gerações passadas às futuras gerações, o líquido as mudanças nos padrões de vida e comportamento que levam ao reconhecimento desse legado como “coisa do passado”. Já o no segundo caso o sólido representa a consagração de um determinado bem que será elevado à categoria de patrimônio (após o tombamento), mudando seu status para legado e o líquido passa a ser associado a busca por representatividade e de valorização bens ainda não consagrados para que ocorra a mudança de status (processo de tombamento).

A elevação de um determinado bem à categoria de patrimônio, por intermédio do Estado, é denominada patrimonialização. Sobre o conceito é importante destacar que ele conta com interesses específicos, preservar pressupõe selecionar o que é digno de representação, que história merece ser “materializada” através da elevação a categoria de patrimônio histórico. Acerca desse conceito Izabela Tomazo afirma que:

Importa ressaltar que o processo de patrimonialização nem sempre visam fins que tem a ver com a preservação de uma identidade e frequentemente, como já vimos, operam exclusões sociais. Podem, por exemplo, atender a propósitos como os de disciplinamento social dos espaços públicos, de branqueamento de certas características identitárias e ou higienização dos hábitos das classes populares. (TOMASO, 2012. p.26)

Nos primeiros anos de atuação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN criado em 1937, a prioridade das ações do órgão deu-se pelo denominado patrimônio de pedra e cal, representativo do Barroco Mineiro, e sendo assim, de uma elite com descendência portuguesa, e cristã.

Porém a ampliação do conceito de cultura colaborou para a ampliação da preservação dos demais bens culturais ligados a outros grupos e por outros tempos históricos.

Na verdade a partir de 1970 e 1980, os domínios do social passíveis de gerar herança ampliaram-se significativamente. Esse processo calcou-se no conceito antropológico de cultura, pautado num olhar sobre o cotidiano enfatizando a perspectiva processual da cultura, em que uma maior variedade de épocas históricas e de ambientes sociológicos passam a ser considerados, assim como as manifestações e os saberes culturais revelando-se as particularidades de grupos étnicos. (CHUVA, 2009. p.45)

A partir da década de 1980, no Brasil, uma mudança significativa no que tange a proteção dos patrimônios foi apontada por Meira:



Até a década de 80, os envolvidos na preservação são intelectuais. A partir de 1989, há mudanças institucionais favoráveis à cidadania, promovidas pela administração municipal, as quais proporcionaram continuidades e mudanças nessa trajetória. A participação dos cidadãos, desde então, permitiu o afloramento de um imaginário relacionado aos bens culturais não consagrados – importantes enquanto referências locais para a população. (MEIRA, 2004. p.21)

A participação dos cidadãos no processo de preservação dos patrimônios será um de nossos principais pontos de análise, pois pressupõe, busca pela preservação daquilo que se considera significativo, nesta busca a identidade “selecionada” e a identidade que justifica o tombamento, no caso de nosso estudo e identidade étnica.

Se as identidades variam conforme a conjuntura em que o indivíduo se encontra (BAUMAN, 2005), a memória também há de sofrer influências do presente. Sobre a relação da memória, passado e presente, Hobsbawm afirma que: “Todos os seres humanos e sociedades estão organizados no passado – o de suas famílias, comunidades, nações ou outros grupos de referência, ou mesmo de memória pessoal – e todos definem sua posição em relação a ele, positiva ou negativamente.” (HOBSBAWM, 1998. p.50) desta forma os patrimônios são representativos destes grupos de referência e podem corroborar para a formação tanto das identidades como das memórias individuais e coletivas. Tedesco discorre sobre a memória como seleção afirmando que:

Na modernidade, a memória não aparece mais como um depósito, mas como uma pluralidade de funções uma complexa rede de atividades de seleção, de filmagens, na reestruturação em correspondência com as necessidades e demandas do presente, tanto do nível individual quanto social. (TEDESCO, 2004. p.57)

A memória ainda pode ser compreendida como coletiva, de certa forma, já que as os estímulos externos ao ato de lembrar podem estar associados a memórias de outros indivíduos, ou grupos. Assim Halbwachs afirma que:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre o fundamento comum. (HALBWACHS, 2004. p.38)

Logo, para Halbwachs, a memória individual sofre influência da memória coletiva, porém estas não são as únicas definições para a memória. Santos afirma que: “A memória por mais adjetivos que encontre no seu caminho – episódica, semântica, voluntária, involuntária, clássica, medieval, moderna, individual ou coletiva – resiste às reduções realizadas e é justamente este o desafio que ela nos traz.” (SANTOS, 2003. p.14).

Ao abordar a memória e o patrimônio como temas desse trabalho, nossa preocupação não é reduzi-los, tampouco uniformizá-los ou defini-los em um termo apenas. Nossa colaboração



pretende evidenciar as intersecções entre a memória coletiva e a como a ação do estado e das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio, a memória individual e coletiva demonstrando o papel do patrimônio histórico nesse processo, bem como a ação do Estado e das instituições responsáveis pela proteção do patrimônio.

Ao optar por pesquisar a relação entre a preservação do patrimônio histórico e a relação deste como referencial da memória por grupos étnicos algumas definições tornam-se necessárias, assim:

O grupo étnico seria, então, um conjunto de indivíduos que apresenta uma interação entre todos os seus membros, além das características gerais das etnias. Por essa distinção, os membros de uma vizinhança judaica em uma cidade no ocidente, por exemplo, onde todos os indivíduos frequentam a mesma sinagoga, constituem um grupo étnico, ao passo que os judeus de todo o mundo compõem uma etnia. (SILVA e SILVA, 2013. p.125)

A identidade étnica se baseia na ideia de uma origem comum (ZANINI, 2002) e assim os indivíduos que partilham dessa ideia acabam dividindo traços e elementos que caracterizam o pertencimento a ao grupo em questão. A relação entre memória e cultura étnica pode ser compreendida como:

Acreditamos que a memória e a cultura étnica devam ser entendidas, acima de tudo, como prática e fenômeno sócio econômico, as quais possuem ligação com a indústria cultural, com as instituições sociais, no caso específico, especialmente com a família, a religião e a comunidade, com recursos e narrativas sociohistóricas, produzidas por instituições e preservadas ainda hoje, as quais produziram representações sociais sólidas e que permitem a manutenção, ainda que redefinida, de um horizonte de pertencimento. (TEDESCO, 2004. p.253)

Já a relação entre a identidade étnica e o Estado é abordada na análise de Martins onde o autor afirma que:

É certo que as identidades étnicas podem opor-se aos estados existentes, mas obedecem a mesma lógica categorial que os estados – como a ideia de pertencimento identitário alimentada pelo Estado, a identidade étnica opera igualmente com a ideia de um determinado povo vinculado a um determinado lugar. (MARTINS, 2007. p.49)

Essa relação de pertencimento de um grupo, que partilha laços comuns, a um lugar e a diferença da relação entre os Estados e esses grupos, é abordada por Stuart Hall, onde o autor destaca as sutilezas do termo etnia para os britânicos e para os norte-americanos, assim:

A etnicidade também foi incluída no vocabulário doméstico britânico. Enquanto na mentalidade norte-americana os Estados Unidos constituem uma sociedade composta por etnias, a Grã-Bretanha (embora diversa em suas origens) sempre aplicou o termo aos outros em geral – o “ser britânico” constituiu um significante vazio, a norma em relação a qual a “diferença” (eticidade) é mensurada. A crescente visibilidade das comunidades étnicas, juntos com os movimentos por governos regionais mais autônomos, questionou a “homogeneidade” da cultura britânica e do “ser inglês” enquanto etnia trazendo a questão multicultural para dentro da crise de identidade nacional. (HALL, 2011. p.65)



A reflexão de Stuart Hall atenta para a existência de identidades étnicas corroborando para uma crise de identidade nacional, já destacamos aqui o caráter “situacional” das identidades, isto é, a variação que estas podem assumir conforme a conjuntura. No Brasil, mais precisamente em São Paulo, Michael Hall, atenta para as relações entre identidade étnica e classe social, segundo o autor:

O caso dos italianos em São Paulo fornece argumentos para os que encaram a etnicidade como uma construção social, politicamente contestada, ativa em grande parte por competição econômica com outros grupos, e cuja forma e força dependem de circunstâncias específicas.

Manifestações mais fortes de etnicidade, provavelmente exigem uma crença na homogeneidade do grupo suas fronteiras claras, noções difíceis de sustentar em São Paulo, embora não saibamos muito como identidades italianas, ou talvez ítalo-paulistas, foram efetivamente construídas (quando foram) (HALL, 2010. p.63)

Conforme Hall, a identidade étnica “rivaliza” com a classe social, com a relação entre indivíduo e trabalho fazendo parte das referências à memória e a identidade. Acerca das circunstâncias, das possibilidades e, ainda, da relação entre o indivíduo e o grupo com o qual se identifica, Martins afirma que:

A identidade pessoal, pela qual se firma objetivamente o indivíduo, é a síntese subjetiva dos componentes particulares de sua história pessoal com os elementos históricos do grupo e da sociedade que ele pertence, expressa pela relação de pertencimento a tal ou qual comunidade.

A conformação histórica das sociedades apresenta-se, ao cidadão do tempo presente, como um leque de alternativas culturais. (MARTINS, 2007. p.54)

Assim a identidade étnica faz parte do grande conjunto de possibilidades e relações entre as múltiplas identidades que o indivíduo é capaz de acessar em diferentes conjunturas. A dimensão assumida pelo patrimônio histórico dentro dessas possibilidades é uma das questões que nosso estudo pretende responder.

A pesquisa desenvolvida no programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal de Santa Maria, conta com duas etapas, na primeira etapa analisaremos os processos de tombamento presentes nos arquivos dos IPHAE, e na segunda etapa a aplicação de questionários e levantamento fotográfico dos bens considerados patrimônio tendo como principal critério para o tombamento a representação de alguma etnia.

Fontes da primeira etapa: processos de tombamento, jornais (editoriais que tratem dos patrimônios Municipais e estaduais, bem como as datas comemorativas) e revistas.

Análise da solicitação de tombamento (primeira etapa): a solicitação de tombamento pode ser feita por um cidadão, por um grupo de pessoas, uma associação, uma instituição como, por exemplo, um museu. Na solicitação pretendemos perceber qual o elemento é

considerado como a principal justificativa para o tombamento, caso o elemento étnico apareça como o principal os demais documentos do processo serão analisados, geralmente a solicitação do tombamento conta com um histórico do bem.

No levantamento histórico do bem (quando houver), pretendemos destacar se a história/memória dos grupos étnicos figura como tema central da narrativa.

Ainda é possível contar com um parecer/laudo técnico, fornecido, geralmente, por um arquiteto, nele é possível perceber a condição/estado de conservação do bem, e ainda o parecer emita uma posição favorável ou contra o tombamento, explicando os motivos para tal, buscamos nesse documento compreender se o bem foi tombado por suas características arquitetônicas, por sua história ou por representar a história/memória dos grupos étnicos. Os pareceres demonstram a visão oficial do Órgão.

Outro documento importante para análise é a portaria que consagra o tombamento, neste documento, também é possível perceber a visão oficial sobre a importância do bem para a história do Rio grande do Sul.

No exame das utilizaremos a análise de conteúdo como proposto por GIL (2010) e BARDIN (2011). O quadro abaixo demonstra a análise que pretendemos fazer das fontes, para que seja possível elaborar os questionários da segunda etapa.

Bem tombado	Apresenta ligação com algum grupo étnico na solicitação de tombamento.	Apresenta ligação com algum grupo étnico na justificativa do tombamento.	Prioriza elementos históricos relativos a imigração, colonização.	De qual etnia é representativa
Nome do bem e nº do processo.	Resposta	Resposta	Resposta	Resposta

Após a pesquisa dos documentos existentes nos arquivos do IPHAE pretendemos utilizar a análise de conteúdo. Nossas unidades de análise constam no quadro anterior “estas unidades podem ser: palavras ou frases, temas, personagens, acontecimentos, etc,” (GIL, 2010. p.68) com o levantamento destes dados poderemos dar início a segunda etapa da pesquisa, a elaboração e aplicação dos questionários.



Fontes da segunda Etapa: Os representantes dos diferentes grupos étnicos serão convidados a responderem um questionário, no qual se espera que fiquem evidentes sua relação com o patrimônio tombado por motivos étnicos. Os questionários serão elaborados após a conclusão da primeira etapa da pesquisa, e devido à variedade de fontes em cada processo, é possível que para cidades e grupos diferentes sejam aplicados questionários diferentes, porém como os mesmo objetivos. Nosso intuito na segunda etapa é perceber como as pessoas de diferentes idades (melhor idade, adultos e adolescentes) se relacionam com os bens tombados, perceber se existe o reconhecimento do bem em relação ao grupo que ele representa, se existe outros grupos que se identificam com o bem. Segue abaixo, apenas como ilustração, um possível modelo de questionário.

Nome:	Resposta
Data de nascimento:	Resposta
Profissão:	Resposta
Escolaridade:	Resposta
Naturalidade:	Resposta
Pergunta A	Resposta
Pergunta B	Resposta

Após obtermos as informações nos documentos, na segunda etapa partiremos para a elaboração e aplicação dos questionários nas cidades onde os bens foram tombados. Em nossa pesquisa, questionário pode ser definido como:

[...] um instrumento de coleta de dados construído por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador. Junto com o questionário deve ser enviar uma carta explicando os objetivos e a relevância da pesquisa, visando motivar o recebedor para que preencha e desenvolva o instrumento. (DMITRUK e GALLON, 2004. p.132)

Nosso intuito nesse segundo momento é apurar se existe, entre os grupos étnicos, o reconhecimento do bem como elemento que celebra a história/memória do grupo em questão e, também, de outros grupos de outras etnias de reconhecem o bem preservado com o patrimônio.

Para elaboração dos questionários optaremos por perguntas abertas que privilegiem a relação entre o indivíduo e o patrimônio histórico, para que seja possível a análise de conteúdo conforma a proposta de (BARDIN, 2012) os questionários serão elaborados após a conclusão da primeira etapa da pesquisa, porém, a nível de exemplo, podemos citar duas possíveis perguntas que relacionariam indivíduo e patrimônio:

Pergunta A: Você se considera parte de algum grupo em sua cidade ou no Estado?



Pergunta B: Que exemplos você utilizaria para caracterizar esses grupos, o que os diferencia dos demais?

Para a análise das respostas será elaborado um quadro categorial (BARDIN, 2012) que será dividido levando em conta as respostas obtidas em diferentes categorias, a partir das quais será possível dimensionar se o patrimônio histórico será ou não citado como um elemento formador da identidade dos grupos étnicos. Segundo Bardin:

Conforme o material produzido, o quadro categorial pode variar. Por exemplo, a categoria “objeto fechado protetor, como casa, ovo” poderia eventualmente ser acrescentada. Ou então o ponto de vista pode ser radicalmente diferente. Por exemplo, um sistema de categorias, já não descritivo, dos objetos referência, mas que leve em conta as conotações subjacentes, podia ser aqui aplicado: perigo, morte; prestígio, valorização social [...] (BARDIN, 2012. p.68)

A autora, neste exemplo, busca analisar as relações psicológicas entre os indivíduos e seus automóveis, em nosso caso, é de se esperar uma variação dos termos conforme a faixa etária dos colaboradores das pesquisas (melhor idade, adultos e adolescentes), porém esperamos encontrar nas respostas categorias diversificadas como: grupos étnicos (italianos, judeus, alemães, japoneses, negros, portugueses), religiosidade (judaísmo, catolicismo, espiritismo, religiões afro, entre outras) a categoria trabalho também é esperada (agricultor, comerciante, ferroviário, professor, entre outras).

Dentre as respostas esperadas pela pergunta B espera-se encontrar elementos da arquitetura (dentre eles o patrimônio histórico), culinária, vida social, política religiosa, participação em grupos (igrejas, danças, jogos).

Através desse exemplo pretendemos evidenciar algumas questões, como: Existe reconhecimento do bem tombado pelos grupos étnico que ele representa? O patrimônio histórico figura como justificativa da identidade étnica? As principais justificativas para o pertencimento a um grupo baseiam-se em elementos materiais ou imateriais? Qual faixa etária se identifica mais com o patrimônio Histórico?

A quantidade de questões e de questionários aplicados será definida após o termino da primeira etapa da pesquisa, a análise documental, após essa etapa mais perguntas serão formuladas para que possam fazer parte do questionário.

Assim pretendemos esclarecer algumas questões referentes ao patrimônio histórico, pois um ponto relevante àqueles que se dedicam a estudar a preservação patrimonial e a seguinte diz respeito à seleção arbitrária de bens que geralmente representam uma elite, pretendemos apurar até que ponto essa seleção/preservação foi arbitrária e, ainda, esclarecer até que ponto



a preservação do patrimônio Histórico dos grupos étnicos pode influenciar para a formação das identidades.

Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman, nós vivemos em tempos líquidos, ou seja, nossa sociedade, nossos valores, a forma como nos relacionamos uns com os outros e até mesmo nossas identidades estão em constante mudança e são facilmente transformadas (BAUMAN, 2001) o patrimônio Histórico, seguindo nossa interpretação, seria uma tentativa, quase que desesperada, de buscar certa solidez nesses tempos líquidos, segundo Tomaso: “O patrimônio de toda espécie ao acumular contraria a transitoriedade das coisas.” (TOMASO, 2012. p.23)

Nesse sentido nossa pesquisa também pretende analisar, se existe a mesma relação de identificação com os bens na época de seu tombamento (entre 1980 e 2000) ou se, nesses tempos fluídos, ocorreu uma ressignificação relativa ao reconhecimento desses bens como representante de uma etnia, ou ainda, de ocorreu a apropriação de outro grupo étnico, político, religioso, empresarial, etc. Em suma nosso esforço estará em atestar o atual estado de conservação dos patrimônios estaduais representantes das etnias e quais relações se deram após o tombamento.

Os questionários serão elaborados conforme o modelo proposto por BARDIN (2011), e através das respostas, pretendemos traçar um panorama da situação/relação entre identidade dos grupos étnicos e os patrimônios históricos. Buscaremos assim perceber se existem diferenças entre os sentimentos exaltados nos documento do arquivo e os exaltados nas respostas dos questionários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro Zahar 2001

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP. 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

DIAS, Guilherme. **O patrimônio no estado do Rio Grande do Sul: política, ações e preservação**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.



DIMITURK, Hilda Beatriz (Org.) **Cadernos Metodológicos: diretrizes do trabalho científico**. Chapeco: Argos, 2004.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

HALL, Michael M. **Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo**. IN: CARNEIRO; CROCI; FRANZINA(orgs) **História do Trabalho e Histórias da Imigração**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade Políticas Públicas e Participação Popular na Preservação do Patrimônio em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 18

MARTINS, Estevão Rezende. **Cultura e Poder**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memoria coletiva e teoria social**. São Paulo: Ammblume, 2003.

SILVA, Maciel Henrique & SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto 2013.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: Temporalidade Experiência e Narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TOMASO, Izabela M. **Por uma distinção dos patrimônios em Relação à história, à memória e à identidade**. In: DE PAULA, MENDONÇA e ROMANELLO. **Polifonia do Patrimônio**. Londrina: Eduel. 2012.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: A atribuição de Valores a uma memória coletiva edificada para o Estado**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: A construção da Identidade étnica na Região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.